

Nota Informativa

Edição 092/2023

DESTAQUES

Saiba como guia elaborado pela AGU e pelo Ministério da Gestão facilitará contratações públicas em todo o país

Telecom pode ser desonerada na reforma tributária, diz deputado

Lira quer votar arcabouço, Carf e reforma tributária a partir de julho

MCTI e Finep lançam programa para estimular startups lideradas por mulheres

MCom autoriza R\$ 500 milhões em debêntures para investimentos em telecomunicações

Regiões do Brasil possuem ao todo 187 cidades aptas para instalação da infraestrutura 5G

Banco Central abrirá consulta pública sobre regulação de plataformas de criptoativos

Governo lança carteira digital e plano voltados a migrantes

CAE aprova novo arcabouço fiscal com mudanças; matéria vai a Plenário

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Ministro das Comunicações e presidente da Anatel participam de teste do Wi-Fi 6E

Superintendente Abraão Balbino afirma que a “tecnologia está no DNA” da Anatel

“Nossa meta é levar conectividade às 138 mil escolas públicas brasileiras em até 4 anos”, afirma Juscelino Filho

CGEE apresenta panorama da produção científica no Brasil e no mundo

Ministro Barroso defende regulação da economia digital

Metaverso e inteligência artificial vieram para ficar, diz Anatel

TCU adota modelo personalizado de assistente de redação baseado em inteligência artificial

REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo e parlamentares ressaltam convicção na aprovação do novo modelo

Sem reforma tributária fica muito mais difícil gerenciar regra fiscal, diz Haddad

Haddad: Vamos mergulhar na aprovação da reforma tributária na Câmara até antes de 10 de julho

Contexto internacional pode ampliar benefícios da reforma tributária

Para Lira, reforma só será aprovada se alguns setores forem tratados com especificidade

Lira: todos os estados precisam estar contemplados na reforma tributária

"Reforma tributária tem que ser agora", defende Alckmin

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rui Costa defende mudança de lei para governo poder demitir presidente do Banco Central

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

BNDES se opõe a projeto que exige aval do Congresso para empréstimos para exportação

ORÇAMENTO

Tebet: Para arcabouço dar certo, vamos precisar de R\$ 150 bilhões; Fazenda já sabe de onde tirar

POLÍTICA

Reforma tributária não passará daqui a 4 anos, diz Tebet

Não teremos tempo de votar LDO antes de agosto, diz relator

Lira sinaliza atraso de apreciação da LDO

Ala do governo teme que inflação usada no arcabouço restrinja PAC e empodere Congresso

Haddad se diz confiante em aprovação do arcabouço fiscal e prega 'humildade' na tramitação da reforma tributária

DESTAQUES

Saiba como guia elaborado pela AGU e pelo Ministério da Gestão facilitará contratações públicas em todo o país

Poder Executivo | 21/06/2023 – 11h18min

A Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) acabam de lançar um instrumento de padronização que vai servir como referência para as contratações públicas em todo o país. Em menos de 100 páginas, o Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação (IPP) faz um apanhado completo e didático de todos os passos necessários para que a Administração Pública – seja ela federal, estadual, distrital ou municipal – adquira produtos ou contrate serviços e obras de engenharia com base na Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021). Além de linguagem direta e descomplicada, o documento está em formato de um verdadeiro manual, cujo objetivo central é facilitar e, ao mesmo tempo, dar maior segurança à atuação dos administradores públicos, de modo a prevenir eventuais riscos e conferir economia de tempo e de recursos nos processos licitatórios e nas contratações diretas. Dividido em 15 capítulos, o instrumento detalha desde a fase de planejamento até o ato que finaliza a contratação, trazendo modelos, esclarecendo dúvidas frequentes e remetendo a materiais complementares, acaso o gestor necessite de aprofundamento. Fonte: ASCOM AGU

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Telecom pode ser desonerada na reforma tributária, diz deputado

Poder Legislativo | 21/06/2023 – 13h33min

O deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG) disse na 4ª feira (21.jun.2023) que o setor de telecomunicações pode ser desonerado pela reforma tributária. Segundo o congressista, os gastos com telecomunicação são considerados investimentos e, por isso, o novo modelo de cobrança de impostos poderia desonerar (deixar de taxar) despesas da área. A declaração foi dada no 3º Simpósio TelComp – Telecom, Tecnologia e Competição para o Futuro Digital, realizado pela TelComp (Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas) em parceria com o IDP (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa) em Brasília. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lira quer votar arcabouço, Carf e reforma tributária a partir de julho

Poder Legislativo | 20/06/2023 – 23h08min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, disse que a Casa só deve votar a partir de 4 de julho o novo arcabouço fiscal alterado pelo Senado, bem como o projeto que reformula o Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf). Apesar da concentração de votações, ele manteve a promessa de votar a reforma tributária na primeira semana do próximo mês. O presidente da Câmara deu a declaração na terça-feira (20) após se reunir com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na sede do ministério. Também participaram do encontro o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE). Segundo Lira, a ideia é fazer um esforço concentrado na primeira semana de julho para votar os três temas. “Queremos fazer uma semana intensiva. Discutiremos Carf, arcabouço e reforma tributária”, declarou. Os três trataram com o ministro sobre as alterações no projeto novo arcabouço fiscal, cujo relatório foi apresentado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, com alterações em relação ao texto aprovado pelos deputados. O Senado pretende votar a proposta ainda nesta semana e remetê-la de volta à Câmara. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MCTI e Finep lançam programa para estimular startups lideradas por mulheres

Poder Executivo | 21/06/2023 – 16h14min

A 4ª edição do Programa Mulheres Inovadoras foi lançada na quarta-feira (21) pelo

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). O programa tem como objetivo estimular startups lideradas por mulheres, de forma a contribuir para o aumento da representatividade feminina no cenário empreendedor nacional, por meio da capacitação e do reconhecimento de empreendimentos que possam favorecer o incremento da competitividade brasileira. Seis startups de cada uma das regiões do país serão aceleradas e receberão um prêmio. Nesta quarta edição, o valor total da premiação será de R\$ 1,8 milhão, sendo distribuídos R\$ 360 mil por cada região, cabendo à primeira startup colocada o valor de R\$ 100 mil e de R\$ 52 mil para as outras cinco premiadas. Para a ministra Luciana Santos, o edital reforça o compromisso do governo federal com políticas públicas para equidade de gênero. "A participação das mulheres na produção científica e tecnológica é uma questão de excelência e estimular a presença feminina no ecossistema de inovação é um instrumento para elevarmos os níveis de competitividade da nossa economia", afirmou. Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MCom autoriza R\$ 500 milhões em debêntures para investimentos em telecomunicações

Poder Executivo | 21/06/2023 – 14h44min

O Ministério das Comunicações (MCom) aprovou, na quarta-feira (21/6), projeto de investimento em rede de transporte, rede de acesso e infraestrutura para rede de telecomunicações. A proposta, publicada na Portaria MCom nº 9.774, prevê a emissão de R\$ 500 milhões em debêntures incentivadas beneficiando os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia, São Paulo e Minas Gerais. "Com a implantação da infraestrutura, será possível melhorar a qualidade e a disponibilidade dos serviços oferecidos e promover as melhores soluções tecnológicas no setor de telecomunicações", destacou o ministro das Comunicações, Juscelino Filho. **DEBÊNTURES INCENTIVADAS** – A autorização de emissão das debêntures incentivadas é uma estratégia para estimular a participação do mercado privado no financiamento com longo prazo das infraestruturas de telecomunicações. O mecanismo é previsto em regulamentação definida na Portaria nº 6.197/2022. Fonte: ASCOM MCOM

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Regiões do Brasil possuem ao todo 187 cidades aptas para instalação da infraestrutura 5G

Poder Executivo | 21/06/2023 – 14h24min

A instalação de infraestrutura para o 5G foi autorizada para mais 187 cidades das 5 regiões do Brasil. A decisão ocorreu durante a reunião do Grupo de Acompanhamento da Implantação das Soluções para os Problemas de Interferência na faixa de 3.625 a 3.700 MHz (Gaispi), na quarta-feira (21). O grupo foi criado pelo Edital do 5G e conta com a participação do Ministério das Comunicações (MCom). Segundo o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, com as novas liberações, a meta estabelecida para o primeiro semestre de 2023 foi alcançada. "Existe um cronograma do leilão a ser cumprido, mas vamos tentar construir um caminho junto com as operadoras para antecipar essas entregas. Assim, esse serviço de qualidade chegará mais cedo a toda a sociedade brasileira", destacou o ministro. Em todo o país, 30% dos municípios (1.610) já efetuaram a limpeza da Faixa de 3,5 GHz e estão aptos a implementar o serviço, alcançando a meta de liberações para o primeiro semestre de 2023. No total, já foram contempladas todas as 27 capitais; 26 municípios com mais de 500 mil habitantes e regiões metropolitanas; e 1.103 cidades com mais de 200 mil habitantes e regiões metropolitanas. A área de cobertura disponível para instalação beneficia cerca de 141 milhões de brasileiros (66,4% da população do país). Fonte: ASCOM MCOM

[Leia mais](#)[Leia mais](#)[Leia mais](#)[Leia mais](#)[Leia mais](#)[Retorno ao índice](#)

Banco Central abrirá consulta pública sobre regulação de plataformas de criptoativos

Poder Executivo | 21/06/2023 – 15h37min

O Banco Central (BC) abrirá uma consulta pública sobre a regulação dos prestadores de serviços de ativos digitais, informou em nota a autoridade monetária. “A regulamentação está em construção e pretendemos fazer uma consulta pública para ouvir a sociedade antes de divulgar a regra definitiva”, afirmou o BC na primeira manifestação sobre o tema após ter sido apontado na semana passada pelo governo federal como supervisor do segmento no país. Segundo o BC, o arcabouço normativo a ser estabelecido compreenderá aspectos relacionados às atividades desenvolvidas pelas entidades entrantes e instituições que porventura pretendam atuar nesse ambiente. Os aspectos considerados serão relacionados aos regramentos de autorização, operacionais, de conduta, de gestão de risco e de capital, das operações e serviços oferecidos. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)[Retorno ao índice](#)

Governo lança carteira digital e plano voltados a migrantes

Poder Executivo | 20/06/2023 – 16h22min

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) lançou, na terça-feira (20), o Plano de Ação para o Fortalecimento de Proteção de Integração Local da População Haitiana no Brasil. No mesmo evento – a cerimônia de abertura da Semana Nacional de Discussões sobre Migração, Refúgio e Apatridia –, foi também lançada a Carteira Digital do Migrante. De acordo com a presidenta do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), Sheila de Carvalho, o grande número de solicitações para refúgio de estrangeiros no Brasil é um dos “maiores desafios” do colegiado atualmente. “Ao assumirmos o Conare, nessa nova gestão, nos deparamos com uma fila de solicitações com mais de 130 mil processos pendentes para análise, e mensalmente o Conare recebe cerca de 5 mil novas solicitações de refúgio”, disse Sheila de Carvalho. Segundo ela, o alto número de solicitações de refúgio reflete a eclosão global de migrações, em grande parte “forçadas, seja por conflitos conflagrados ou graves violências de direitos humanos, perseguição política”. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)[Retorno ao índice](#)

CAE aprova novo arcabouço fiscal com mudanças; matéria vai a Plenário

Poder Legislativo | 21/06/2023 – 11h26min

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, na quarta-feira (21), o projeto de lei complementar que cria o novo arcabouço fiscal (PLP 93/2023). O texto substitui o teto de gastos em vigor e limita o crescimento anual das despesas da União entre 0,6% e 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Se for aprovado agora pelo Plenário do Senado, o projeto retornará para nova votação na Câmara dos Deputados, uma vez que o texto está sendo modificado. A CAE aprovou o relatório do senador Omar Aziz (PSD-AM) por 20 votos favoráveis e 6 contrários. O relator alterou pontos do texto encaminhado em maio pelos deputados. Aziz retirou do limite de gastos as despesas da União com a complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), com o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) e com as áreas de ciência, tecnologia e inovação. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**Ministro das Comunicações e presidente da Anatel participam de teste do Wi-Fi 6E**

Poder Executivo | 21/06/2023 – 15h38min

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, e o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Carlos Manoel Baigorri, participaram na quarta-feira de um evento experimental na Arena MRV, em Belo Horizonte, para teste do Wi-Fi 6E no Brasil. O novo padrão de internet sem fio permite alcançar velocidades de transferência mais altas e com mais estabilidade em uma área delimitada. A tecnologia favorece o tráfego de dados com mais estabilidade, especialmente em locais com grandes aglomerações de usuários de dispositivos móveis. Esse novo padrão está em fase de testes e, por isso, não tem uso comercial no Brasil por enquanto. A Anatel ainda discute internamente sobre a regulamentação a ser adotada para o Wi-Fi E6. A Arena MRV, estádio oficial do Clube Atlético Mineiro, instalou infraestrutura para tráfego de dados por Wi-Fi 6E nas áreas internas da arena. "A nossa ideia é proporcionar a melhor experiência para o torcedor, com muita tecnologia e facilidade", afirmou Leandro Evangelista, CIO da Arena MRV. O ministro destacou que a tecnologia vai permitir o acesso à internet de alta velocidade para uma multidão. A Arena MRV terá capacidade para 46 mil torcedores. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**Superintendente Abraão Balbino afirma que a “tecnologia está no DNA” da Anatel**

Poder Executivo | 21/06/2023 – 14h52min

O superintendente executivo da Anatel, Abraão Balbino, afirmou que a Agência está preparada para atuar no mercado de plataformas digitais, caso essa competência lhe seja atribuída na versão aprovada do Projeto de Lei 2.630, que institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. A declaração foi feita durante o III Simpósio Brasília Telcomp, promovido na terça-feira, 20/6, pela Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas no teatro do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), em Brasília. O evento teve como objetivo discutir telecomunicações, tecnologia e competição para o futuro digital. De acordo com o superintendente, na hipótese de a competência sobre as plataformas digitais ser atribuída à Anatel, a Agência necessitaria tão somente acrescentar um macroprocesso novo aos já existentes: o macroprocesso de responsabilização on line, o qual abarcaria transparência algorítmica, ciência de dados, Inteligência Artificial, por exemplo. Lembrou que a Anatel está sempre envolvida em debates relacionados à tecnologia pela natureza do setor de telecomunicações e preparada para enfrentar a revolução digital, que, na sua visão, é somente comparável à revolução industrial. “A tecnologia está no DNA da Anatel”, disse. De acordo com ele, a discussão sobre o fair share não é distributiva, mas sim de eficiência de mercado. Na sua avaliação, o que deve ser levado em conta é a coordenação dos atores para se obter a maior eficiência possível no mercado. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**“Nossa meta é levar conectividade às 138 mil escolas públicas brasileiras em até 4 anos”, afirma Juscelino Filho**

Poder Executivo | 21/06/2023 – 10h12min

Na tarde da terça-feira (20), o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, participou do 3º Simpósio TelComp – Telecom, Tecnologia e Competição para o Futuro Digital, realizado pela TelComp (Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas) em parceria com o IDP (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa). Juscelino Filho falou sobre a meta do Governo Federal em

levar conectividade para as 138 mil escolas públicas que existem no país. “O nosso maior desafio é levar, até 2026, conectividade para as escolas públicas do nosso país, com uma velocidade adequada para fins pedagógicos. Uma velocidade que a gente consiga de verdade fazer a diferença na vida daqueles alunos”, destacou o ministro. Juscelino lembrou também que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério das Comunicações (MCom), com o objetivo de mapear as necessidades de Inclusão Digital no país. O programa conta com os seguintes eixos: Educação, Letramento e Habilidades Digitais, Diversidade, Cidades e Periferias, Rural e Saúde. O GT será responsável por elaborar o Plano Nacional de Inclusão Digital. Fonte: ASCOM MCOM

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

CGEE apresenta panorama da produção científica no Brasil e no mundo

Poder Executivo | 21/06/2023 – 09h46min

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), lançou na terça-feira (20) o 3º Boletim Anual do Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (OCTI) 2022 - Panorama da CT&I no Brasil e no mundo. A publicação traz informações sobre a produção científica nacional entre 2019 a 2022 e apresenta balanço inédito do Índice de Especialização dos 15 países com maior volume de artigos científicos. No webinar de lançamento do boletim, o diretor-presidente do CGEE, Fernando Rizzo, destacou que o trabalho promovido pelo observatório é exemplo da missão do CGEE de realizar estudos estratégicos constantes, por meio de parcerias, para subsidiar a formulação de políticas públicas para o setor de ciência, tecnologia e inovação do país. “Hoje é um dia especial porque estamos lançando um produto nobre”, disse. Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ministro Barroso defende regulação da economia digital

Poder Judiciário | 20/06/2023 – 18h40min

As oportunidades e os desafios do uso das novas tecnologias no Poder Judiciário e a necessidade de regulação de matérias relacionadas à “economia digital” no país foram temas abordados na tarde da terça-feira (20) pelo vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, em palestra no Fórum Internacional Justiça e Inovação (Fiji), realizado Tribunal Superior do Trabalho (TST). Dois planos: No painel “Inovação, jurisdição constitucional e acesso à justiça”, Barroso afirmou que a inovação e seu impacto no Direito Constitucional comportam uma análise em dois planos: o tratamento que o direito deve dar às novas tecnologias e à economia digital e o que elas podem fazer para melhorar a prestação dos serviços jurisdicionais. Segundo ele, estamos em meio a uma grande revolução, com diferentes equipamentos, vocabulários e modelos de negócios que o direito “está correndo atrás para regular”. Regulação: Barroso acredita que ficou para trás o tempo em que se dizia que a internet deveria ser um território livre. “É preciso regular para que haja uma tributação justa, para impedir o abuso do poder econômico, para proteger os consumidores, os direitos autorais, o direito à privacidade” afirmou. Segundo ele, no mundo e no Brasil, onde o Congresso discute a regulamentação do uso da Inteligência Artificial (IA), já existem projetos e outras iniciativas para atualizar legislações relativas ao tema. Fonte: ASCOM STF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Metaverso e inteligência artificial vieram para ficar, diz Anatel

Poder Executivo | 20/06/2023 – 18h03min

O superintendente-executivo da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações),

Abraão Balbino, disse na 3ª feira (20.jun.2023) que tecnologias como o Metaverso e a inteligência artificial irão se consolidar e fazer parte do cotidiano brasileiro. “Assim como antigamente a gente usava máquina de escrever e, de uma hora para outra, tivemos que mexer com computador e com microinformática, essa transição [entre tecnologias] vai acontecer”, afirmou ao Poder360 no 3º Simpósio TelComp – Telecom, Tecnologia e Competição para o Futuro Digital. Balbino deu um prazo de 5 anos para as ferramentas estarem completamente integradas na realidade do país. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TCU adota modelo personalizado de assistente de redação baseado em inteligência artificial

Poder Legislativo | 20/06/2023

A partir de terça-feira (20/6), o Tribunal de Contas da União (TCU) passa a adotar internamente um modelo personalizado de inteligência artificial (IA) baseada em processamento de linguagem natural. O novo assistente virtual é baseado na ferramenta ChatGPT, desenvolvida pelo laboratório estadunidense OpenAI. O chatbot, batizado de ChatTCU, poderá ser utilizado pelas equipes do Tribunal como apoio para otimizar tempo em produção de textos, adaptações para linguagem simples, traduções e análises relacionadas a ações de controle externo. O ChatTCU oferece maior segurança, pois é executado na nuvem da Microsoft e não em ambiente público. As conversas também são protegidas por contrato, garantindo a confidencialidade das informações fornecidas pelos usuários. “Ao se utilizar uma ferramenta pública, existe o tráfego de dados sigilosos ou confidenciais sem a devida segurança. Mitigamos esse ponto ao compartilhar conteúdo exclusivamente com o ChatTCU, nossa IA interna”, afirma o secretário de Tecnologia da Informação e Evolução Digital do TCU, Rainério Rodrigues. Fonte: ASCOM TCU

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo e parlamentares ressaltam convicção na aprovação do novo modelo

Poder Executivo | 21/06/2023 – 14h54min

É uma equação política complexa, mas vamos conseguir fechar, porque é benéfica para todos. A afirmação do secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, feita na terça-feira (20/6), reflete a confiança e o otimismo do governo e dos parlamentares diretamente envolvidos na negociação da proposta de mudança do sistema tributário do país, às vésperas de sua votação no plenário da Câmara dos Deputados. Appy e os deputados Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, e Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária na Câmara, participaram do seminário “Reforma Tributária e a Indústria”, realizado pelo jornal Correio Braziliense em parceria com o Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (CN-Sesi). Existem hoje, segundo Reginaldo Lopes, o “alinhamento político” e a “disposição federativa” necessários para a aprovação da reforma. Já Aguinaldo Ribeiro reafirmou sua convicção na ida da matéria a plenário “na primeira semana de julho”. Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Sem reforma tributária fica muito mais difícil gerenciar regra fiscal, diz Haddad

Poder Executivo | 21/06/2023 – 13h20min

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) defendeu na quarta-feira (21) a reforma tributária como necessária para a sustentabilidade fiscal do país, relacionando a

reformulação do sistema tributário do país ao gerenciamento da nova regra para controle das contas públicas. "Sem reforma tributária fica muito mais difícil gerenciar a regra fiscal. A reforma tributária é um dos pressupostos da regra fiscal porque ela traz segurança", afirmou o titular da Fazenda em evento promovido pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) e pelo grupo Esfera Brasil. Haddad também associou a reforma tributária a uma maior segurança jurídica. Segundo o ministro, 40% do custo do Judiciário corresponde a litígio tributário. "A reforma tributária é pressuposto, na minha opinião, para a gente dar um passo para a sustentabilidade fiscal do país", disse. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad: Vamos mergulhar na aprovação da reforma tributária na Câmara até antes de 10 de julho

Poder Executivo | 21/06/2023 – 13h20min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na quarta-feira que a equipe econômica estará "mergulhada" nas próximas duas semanas para aprovar a reforma tributária na Câmara dos Deputados. A expectativa, disse, é aprovar o texto até o dia 10 de julho. Haddad não quis antecipar o valor que a União aportará no Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), um dos entraves atuais da reforma, mas disse que isso será acertado em breve com os governadores. "Não será o valor do fundo que será o impeditivo disso [aprovar o texto em julho]", disse o ministro da Fazenda. "Vamos bater o martelo quando o arranjo estiver desenhado." Ele também citou duas decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), sem especificar, que teriam implicado em perdas para a União "na ordem de R\$ 100 bilhões". "Como alguém pode imaginar que a Fazenda consegue driblar uma decisão que tire 1% do PIB de um ano para o outro?", questionou o ministro. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Contexto internacional pode ampliar benefícios da reforma tributária

Poder Executivo | 21/06/2023 – 12h59min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na quarta-feira (21) que o contexto internacional pode fazer com que a aprovação da reforma tributária brasileira gere benefícios econômicos ainda mais significativos para o país. Feita durante o seminário Reforma Tributária: A Hora é Agora, na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília, a afirmação levou em conta as "vantagens competitivas únicas" do Brasil com relação à transição ecológica e, sobretudo, a uma geopolítica que favorece o país "até por más razões", como guerras e conflitos comerciais. Haddad disse que o potencial de crescimento do país é muito maior do que o projetado por parte dos economistas. "Fico ouvindo eles falarem que nosso potencial é de crescer 1,5%. Isso não existe. Só estamos com potencial baixo de crescimento porque estamos desorganizados. Se nos organizarmos, não tem como crescermos pouco. Sobretudo nessa quadra histórica, em que a geopolítica nos favorece até por más razões, como guerras, conflitos comerciais, endividamento de continentes inteiros, desarrumação da casa em vários países", disse o ministro. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Para Lira, reforma só será aprovada se alguns setores forem tratados com especificidade

Poder Legislativo | 21/06/2023 – 12h49min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que a reforma tributária (PECs 45/19 e 110/19) precisa levar em consideração especificidades de setores

para ser aprovada pelos parlamentares. Entre esses setores, ele citou os de saúde, educação, serviços e o agronegócio. "Temos a bancada [ligada ao agronegócio] com mais de 320 membros. Se não tivermos um texto claro que dialogue com esse setor, a reforma nem começa", disse Lira. "É importante que todos saibam que todos temos uma reforma ideal, mas nosso objetivo é uma reforma tributária possível, que simplifique, que desburocratize e traga segurança jurídica", acrescentou Lira durante evento promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo grupo Esfera Brasil. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lira: todos os estados precisam estar contemplados na reforma tributária

Poder Legislativo | 21/06/2023 – 12h39min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que todos os estados da Federação precisam ser contemplados na reforma tributária (PECs 45/19 e 110/19). Com votação prevista no Plenário da Casa a partir da primeira semana de julho, a reforma deve simplificar a cobrança de tributos e garantir segurança jurídica para atrair investimentos, na avaliação de Lira. Na quinta-feira (22), o presidente da Câmara vai se reunir com os governadores e secretários estaduais de fazenda para debater o tema. O encontro será realizado na residência oficial a partir das 10 horas. Segundo Lira, a intenção é ouvir e acomodar sugestões dos chefes dos executivos estaduais antes da apresentação final do texto. Na quarta-feira, Lira participou de evento promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo grupo Esfera Brasil, que contou com a presença do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

"Reforma tributária tem que ser agora", defende Alckmin

Poder Executivo | 20/06/2023 – 17h54min

O presidente da República em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, avaliou na terça-feira (20) que a janela de oportunidade para aprovação da reforma tributária é agora, e que o texto, a ser discutido na forma de uma emenda constitucional, tem que ser discutido e aprovado ainda este ano. "Acho que o presidente [da Câmara dos Deputados] Arthur Lira colocou bem, o debate está maduro e tem que ser agora, não pode perder o primeiro ano [de mandato]. Reforma constitucional, PEC, tem que ser no primeiro ano. Se perder o primeiro ano, você começa a ter dificuldade", afirmou durante evento sobre reforma tributária e indústria, ocorrido em Brasília. Alckmin está no exercício da Presidência da República esta semana, durante viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Europa. Segundo Alckmin, há uma disposição dos principais agentes políticos do país, incluindo o próprio presidente Lula, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e os presidentes da Câmara e do Senado. Para o vice-presidente, uma reforma tributária que simplifique drasticamente o recolhimento de impostos vai reduzir disputas judiciais e dar mais competitividade aos produtos industrializados do país. "Se a gente pegar a União Europeia, a discussão jurídica tributária é 0,27% do PIB [Produto Interno Bruto]. No Brasil, é quase 20%", observou. Ele chamou o sistema de impostos do país de "manicômio tributário". Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rui Costa defende mudança de lei para governo poder demitir presidente do Banco Central

Poder Executivo | 20/06/2023 – 17h23min

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, defendeu na terça-feira, 20, mudanças na lei de autonomia do Banco Central para autorizar o presidente da República a demitir o presidente da autarquia. Atualmente, a lei diz que o presidente pode encaminhar ao Senado um pedido de exoneração antecipada do presidente do BC em caso de descumprimento de suas obrigações, mas a medida precisa ser chancelada pelos senadores. "Nos Estados Unidos, o presidente eleito, depois de 12 meses de mandato, pode substituir o presidente do Banco Central independente. Porque se a nação legitimou um projeto econômico, de nação, através do voto, da democracia, isso é mais forte do que a concepção ideológica, o projeto de uma pessoa que está presidindo o Banco Central", disse o ministro em almoço organizado pela Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE). O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, tem mandato até o fim de 2024. Rui Costa lembrou que o dirigente foi indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, que teve seu projeto político-econômico derrotado nas urnas no ano passado. Fonte: Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

BNDES se opõe a projeto que exige aval do Congresso para empréstimos para exportação

Poder Executivo | 20/06/2023 – 20h30min

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) se mobiliza contra a aprovação de um projeto que poderá criar amarras para operações de financiamento a serviços de exportação. O texto, proposto pelos deputados Mendonça Filho (União-PE) e Daniel Freitas (PL-SC), exigiria aval do Congresso para esse tipo de ação. A matéria tem previsão de ser votada na semana que vem pela Comissão de Constituição e Justiça, primeira etapa da tramitação na Casa. "Tenho certeza de que o Congresso vai analisar com calma esse projeto e todas as suas implicações. Obviamente o que é proposto vai dificultar o processo de aprovação de operações, pois haverá um trâmite a mais a ser cumprido", diz o diretor de Desenvolvimento Produtivo do banco, José Luis Gordon. Além de conversar com deputados, o banco tem sido auxiliado na mobilização contra o projeto por entidades de classe como a Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base) e a Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas), que enviaram manifestações à CCJ. Uma das preocupações é com o fato de que operações financiadas pelo banco teriam de ser esmiuçadas pelo Congresso, inclusive pontos que poderiam afetar estratégias comerciais. O tema das exportações financiadas pelo BNDES é um dos que mais são utilizados politicamente pela base bolsonarista no Congresso, em razão sobretudo de projetos que envolvem países como Venezuela e Cuba. Ambas as ditaduras de esquerda têm parcelas atrasadas de financiamentos a serem pagas ao Brasil. Para Gordon, há muito desconhecimento sobre o papel do banco na promoção de exportações. "O BNDES não coloca um centavo em nenhum país, mas, sim, apoia empresas brasileiras exportadoras, que trazem divisas, geram emprego. É parte importante do resgate da indústria brasileira. Não podemos ficar fechados apenas no Brasil, temos o mundo inteiro para vender", disse.

Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Tebet: Para arcabouço dar certo, vamos precisar de R\$ 150 bilhões; Fazenda já sabe de onde tirar

Poder Executivo | 21/06/2023 – 12h29min

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou na quarta-feira

que, “para o arcabouço [fiscal] dar certo”, o governo federal vai “precisar de R\$ 150 bilhões de incremento de receitas”. Segundo ela, o Ministério da Fazenda já anunciou parte da origem desses recursos e “vai anunciar” a segunda parte da origem “no momento certo”. A afirmação foi feita em audiência pública conjunta realizada por três comissões da Câmara dos Deputados: Desenvolvimento Econômico; Finanças e Tributação; Fiscalização Financeira e Controle. Ela disse que o arcabouço fiscal, em um primeiro momento, tem como objetivo “incrementar receitas” sem “aumento de impostos”. Tebet também afirmou que a herança estatística deixa uma projeção de crescimento para o Produto Interno Bruto (PIB) entre 2,1% e 2,3% para este ano. Em outras palavras, se a economia não crescer entre abril e dezembro de 2023, o PIB terá alta de 2,1% até 2,3% em relação a 2022. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Reforma tributária não passará daqui a 4 anos, diz Tebet

Poder Executivo | 21/06/2023 – 14h43min

A ministra do Orçamento e Planejamento, Simone Tebet, disse na 4ª feira (21.jun.2023) que este é o melhor momento para fazer uma reforma tributária e que um próximo governo não conseguirá. “Se a reforma não for aprovada, seja ela qual for, em 4 anos não conseguiremos”, declarou. “Pela primeira vez, os astros estão alinhados, eu nunca vi todos os governadores através dos seus secretários de Fazenda, ainda que com suas diferenças, entendendo a necessidade da reforma tributária”, afirmou a ministra durante as comissões de Desenvolvimento Econômico, Finanças e Tributação e Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Não teremos tempo de votar LDO antes de agosto, diz relator

Poder Legislativo | 21/06/2023 – 14h29min

Relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o deputado Danilo Forte (União-CE) afirmou na quarta-feira (21) que não haverá tempo de apreciar a proposta antes de agosto. Com isso, haverá recesso branco no Congresso, quando os trabalhos ficam suspensos no Parlamento apesar de o texto orçamentário não ser apreciado por deputados e senadores. “Não teremos tempo [de apreciar a LDO antes de agosto]. LDO precisa do arcabouço publicado”, disse Forte ao Valor. Com alterações no Senado, a proposta que estabelece o novo marco fiscal terá que ser apreciada novamente pelos deputados, o que deve ocorrer na primeira semana de julho. Por isso, na avaliação de Forte, não haveria tempo hábil para construir um relatório que considerasse as novas regras fiscais antes do recesso parlamentar. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lira sinaliza atraso de apreciação da LDO

Poder Legislativo | 21/06/2023 – 13h54min

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou na quarta-feira (21) que não haverá recesso formal porque o Congresso não deve aprovar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) até a primeira quinzena de julho. Segundo ele, haverá recesso branco, quando os trabalhos são suspensos nas duas últimas semanas de julho apesar da a proposta não ser apreciada pelos parlamentares. “Recesso não vai ter, porque não vai ter LDO. Mas vai ficar no recesso branco”, disse Lira ao deixar evento da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O parlamentar alagoano disse que vai sugerir na quarta-feira aos líderes partidários que a Câmara realize uma comissão geral para debater a reforma

tributária na próxima semana aproveitando que os trabalhos da Casa estarão suspensos já que a pauta do plenário está trancada em função da não análise do PL do Carf. “É mais uma oportunidade para debater o tema.” Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ala do governo teme que inflação usada no arcabouço restrinja PAC e empodere Congresso

Poder Legislativo | 21/06/2023 – 12h27min

A discussão sobre o cálculo do índice de inflação a ser usado na correção do limite de despesas do arcabouço fiscal abriu um impasse dentro da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Uma ala do governo, liderada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, avalia que a baliza adotada pelo Congresso Nacional pode restringir os planos para o novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e dar ao Legislativo um poder de barganha bilionário nas negociações para destravar os investimentos. O alerta, porém, não tem tido respaldo no Ministério da Fazenda e no Palácio do Planalto, que adotam postura mais cautelosa e tentam evitar um embate com a Câmara dos Deputados, que foi a responsável pela mudança na fórmula. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad se diz confiante em aprovação do arcabouço fiscal e prega 'humildade' na tramitação da reforma tributária

Poder Executivo | 20/06/2023 – 21h14min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na porta do ministério na noite de terça-feira (20) que está confiante na aprovação do novo arcabouço fiscal pelo Congresso. Ele disse ainda que a reforma tributária, num estágio anterior de tramitação, deve ser negociada com "humildade", por ser um tema mais "complexo". O arcabouço fiscal, já aprovado pela Câmara, deve ser votado na quarta-feira pelo Senado. O projeto, em linhas gerais, cria uma nova âncora fiscal no país. Em vez de limitar as despesas pela inflação, como ocorre atualmente, os gastos do governo poderão crescer proporcionalmente à arrecadação. O governo pretende, assim, aumentar a capacidade de investimento sem estourar a dívida pública. "Amanhã [quarta-feira], o Senado vota a regra fiscal, a Câmara só vai ter que chancelar ou não as eventuais mudanças (...) acho que não há risco nenhum de uma não aprovação até porque os detalhes que estão sendo discutidos não ferem em nada o princípio da regra fiscal", afirmou Haddad. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br